

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORTÊS

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2018)

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORTÊS

Exercício de 2018



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE REGINALDO MORAIS DOS SANTOS, WILMAR PIRES BEZERRA
Acesse em: <https://cetes.ce.gov.br/ppp/validaDoc.shtm> Código do documento: 8f064a92-3611-4918-9516-9216b5626844

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	12.434,90	0,00	PESSOAL E ENCARGOS	4.593.340,48	4.104.955,58
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	12.434,90	0,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	3.935.083,09	3.624.665,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	33.364,20	83.206,75	ENCARGOS PATRONAIS	469.593,11	480.290,33
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	24.153,96	83.206,75	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCA	188.664,28	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	9.210,24	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.438.339,26	4.229.350,64
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	10.296.875,38	10.633.343,14	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.053.818,70	2.827.398,18
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.936.031,53	2.489.631,36	SERVIÇOS	1.384.520,56	1.401.952,46
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	8.360.843,85	8.143.711,78	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	2.482.408,85
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA	339.846,73	0,00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	2.482.408,85
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	339.846,73	0,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	44.293,60	118.648,04
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.557,62	7.432,96	INCENTIVOS	44.293,60	118.648,04
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.557,62	7.432,96	TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	8.075.973,34	10.935.363,11
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	10.687.078,83	10.723.982,85	RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	2.611.105,49	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)	0,00	211.380,26	TOTAL	10.687.078,83	10.935.363,11
TOTAL	10.687.078,83	10.935.363,11			

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORTÊS
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Dezembro(31/12/2018)



Exercício de 2018

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORTÊS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	352.301,16	747.834,68
INVESTIMENTOS	352.301,16	747.834,68

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE REGINALDO MORAIS DOS SANTOS, WILMAR PIRES BEZERRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 8f064a92-3611-4918-9516-9216b5626844



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORTÊS
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Municipal de Saúde de Cortês – com sede a Rua Celso Borba, 48 – Centro, Cortês – Pernambuco, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o nº 10.373.148/0001-25

Apresentamos as Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis, conforme determina a Resolução TC nº 048/2018, elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o qual discrimina a fidedigna circunstância orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município.

As Demonstrações Contábeis, transcrevem os resultados da execução orçamentária, financeira e patrimoniais, obedecendo fielmente os preceitos contidos na legislação que conduz o setor.

Todos os registros contábeis do exercício de 2018 foram executados através de sistema informatizado, fornecido por Fiorilli Sociedade Civil Ltda, que tem atividade principal o desenvolvimento e locação de software, situada na Av. Marginal, 65, Distrito Industrial – Bálsamo - SP, CEP 15.150-000, cuja ferramenta é adequada ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada, comparando os valores previstos e fixados com os efetivamente executados.



A receita realizada e o saldo correspondem ao superávit (se as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas) ou déficit de arrecadação (diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas).

Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

As informações estruturais do Balanço orçamentário:

1. Previsão Inicial: Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA);
2. Previsão Atualizada: Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a re-estimativa da receita;
3. Dotação Inicial: Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA);
4. Dotação Atualizada: Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.
5. Receitas Realizadas: Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária;
6. Despesas Empenhadas: Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas ou pagas;
7. Despesas Liquidadas: Demonstra os valores das despesas liquidadas no
8. Despesas Pagas: Demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência.

ANÁLISE ORÇAMENTARIA 2018:

Receita Orçamentária:

Os registros de classificação da receita foram efetuados em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 8ª edição, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional.



Foi previsto arrecadação de receitas no exercício de 2018 de R\$ 8.666.000,00. Arrecadou-se o valor de R\$ 8.401.990,33.

Previsão Inicial: Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA);

1. Resultado : Receita x Despesas

A execução orçamentária da receita e da despesa apresentou no exercício de 2018 um Déficit Orçamentário no valor R\$ 3.211.052,78.

Despesas Orçamentárias:

Foi fixada a despesa no exercício de 2018 de 12.186,820,00 A execução transcorreu da seguinte forma: Empenhada R\$ 11.613.043,11, Liquidada R\$ 11.093.385,53 e Paga R\$ 10.151.850,89, desta feita, o valor utilizado em relação ao previsto foi de 95,29%.

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados – ANEXO I

Os Restos a Pagar Não Processados foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício 2018, registrados nas classes de contas de controle de aprovação e execução do orçamento (classes 5 e 6, respectivamente) do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, compondo o resultado financeiro nos quadros complementares ao Balanço Patrimonial.

Foram inscritos em Restos a pagar não processados em exercícios anteriores o valor de R\$ 624.735,11 , no exercício de 2018 foram inscritos o total de R\$ 519.657,58 , houve a liquidação e pagamento no valor de R\$ 158.887,38 e cancelados R\$. 287.347,17, finalizando com um saldo total de R\$ 698.158,14.

**Demonstrativo de Execução dos restos a pagar processados – ANEXOS II**

Foram inscritos Restos a Pagar Processados, correspondentes aos saldos credores das obrigações liquidadas, tais como pessoal e encargos sociais, fornecedores e outros.

Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores o valor é R\$ 866.824,20. Foram inscritos em 31.12.2018 foi 941.534,64, Pagos R\$ 510.932,47, cancelados R\$. 339.846,73 e finalizando o exercício com o saldo a pagar R\$ 957.579,64.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

É composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso,
- discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- os recebimentos e os pagamentos extra-orçamentários;
- as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária,
- o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

INGRESSOS**1. Receita Orçamentária**

Os valores de correspondente as receitas orçamentárias que ingressaram, no exercício financeiro de 2018, correspondem ao valor de total de R\$ 8.401.990,33.

**2. Transferências Financeiras - Recebidas**

Foi recebido durante o exercício o valor de R\$ 1.936.031,53.

3. Ingressos Extra-Orçamentários

Totalizando o valor de R\$ 2.281.521,22 desmembrado da seguinte forma:
Restos a pagar (inscrição) Processados R\$ 941.534,64 e Não Processados R\$ 519.657,58 , Consignações R\$ 805.461,23.

4. Saldo do Exercício Anterior

Caixa e Bancos em 31.12.2017 - R\$ 1.334.029,87.

DISPÊNDIOS**1. Despesa Orçamentária**

O valor total da despesa Orçamentária empenhada em 2018 foi de R\$ 11.613.043,11.

2. Despesa - Extra-Orçamentária

Totalizaram o valor de R\$ 1.315.651,74, desmembrado da seguinte forma Restos a pagar (Pagos) Processados R\$ 510.932,47 e Restos a Pagar Não Processados (pago) R\$. 158.887,38 e Consignações R\$ 634.226,81 , Créditos a Receber Salário Família R\$. 11.605,28.

3. Saldo para o exercício seguinte

Caixa e Bancos em 31.12.2018.....R\$ 1.024.878,10.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).



Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) do MCASP: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte V – Demonstrações Contábeis, 8ª edição, 2018.

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante.

A Lei nº 4.320/64, confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

O Balanço Patrimonial é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d) Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

O Balanço Patrimonial permite análises diversas acerca da situação patrimonial da entidade, como sua liquidez.

ANÁLISE:

1. ATIVO CIRCULANTE

Composto por ativos que atendem um dos dois seguintes critérios:

- a) estarem disponíveis para realização imediata; ou
- b) terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo.



1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

CREDITOS E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Descrição	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.024.878,10	1.334.029,87
Total.....	1.024.878,10	1.334.029,87

1.2 Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.

CREDITOS A CURTO PRAZO		
Descrição	2018	2017
Demais Créditos e Valores a curto prazo	5.947,75	0,00
Total.....	5.947,75	0,00

2. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende os ativos têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis.



Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo amortizar do ativo diferido.

2.1 Investimentos (Participações Permanentes)

Participação do ente municipal no CONSUL – Consórcio Público dos Municípios da Mata Sul Pernambucano.

INVESTIMENTOS		
Descrição	2018	2017
Participações Permanentes	2.823.998,41	0,00
Total.....	2.823.998,41	0,00

2.2 Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Durante o exercício de 2018, o imobilizado sofreu acréscimo de R\$ 352.301,16, em virtude da realização de despesa de capital, com aquisição de bens no valor de R\$ 180.016,34 e com ampliação de imóveis no valor de R\$ 172.284,82.

Imobilizado		
Descrição	2018	2017
Bens móveis	1.765.932,34	1.585.916,00
Bens Imóveis	1.162.776,47	990.491,65
Total.....	2.928.708,81	2.576.407,65



3 PASSIVO CIRCULANTE

Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.

3.1 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos qual o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar		
Descrição	2018	2017
Pessoal a Pagar	462.251,61	294.076,59
Encargos Sociais a Pagar	84.700,82	98.421,86
Total.....	546.952,43	392.498,45

3.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de



serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		
Descrição	2018	2017
Fornecedores Nacionais	410.627,21	474.325,75
Total.....	410.627,21	474.325,75

3.3 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Demais Obrigações a Curto Prazo		
Descrição	2018	2017
Valores Restituíveis	1.075.812,51	904.577,89
Total.....	1.075.812,51	904.577,89

4 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende os passivos exigíveis **após doze meses** da data das demonstrações contábeis.

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

4.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo (DÍVIDA FUNDADA)



Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos qual o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		
Descrição	2018	2017
INSS a Pagar	89.012,02	89.012,02
Total.....	89.012,02	89.012,02

5 PATRIMONIO LIQUIDO

Compreendem o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Líquido		
Descrição	2018	2017
Resultado do exercício	2.611.105,49	(-211.380,26)
Resultado de exercícios anteriores	2.050.023,41	2.261.403,67
Total Patrimônio Líquido.....	4.661.128,90	2.050.023,41



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP permite a análise das alterações dos elementos patrimoniais e do desempenho da administração pública

Variações Patrimoniais Quantitativas

Descrição	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	10.687.078,83	10.723.982,85
Descrição	2018	2017
Variações Patrimoniais Diminutivas	8.075.973,34	10.935.363,11
Descrição	2018	2017
Resultado Patrimonial	2.611.105,49 (Superávit)	211.380,26 (Superávit)

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis;
- c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise de capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

Cortês, 01 de Março de 2019.

Maria da Conceição da Silva
Secretária de Saúde

José Carlos Batista dos Santos
-Contador-



**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E
COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS**

Declaramos, conforme determina Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª Edição, que o **Fundo Municipal de Saúde de Cortês**, apresenta as Demonstrações Contábeis do período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018, que a elaboração dos balanços do Município estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos na já citada norma, observadas todas as particularidades, descritas na respectivas notas explicativas.

Todos os registros contábeis do exercício de 2018 foram executados através de sistema informatizado, fornecido por Fiorilli Sociedade Civil Ltda, que tem atividade principal o desenvolvimento e locação de software, situada na Av. Marginal, 65, Distrito Industrial – Bálsamo - SP, CEP 15.150-000, cuja ferramenta é adequada ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Cortês, 01 de Março de 2019.

Maria da Conceição da Silva
Secretária de Saúde

José Carlos Batista dos Santos
-Contador-



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE REGINALDO MORAIS DOS SANTOS, WILMAR PIRES BEZERRA
Acesse em: <https://stcpe.faz.gov.br/validar>

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORTÊS

BALANÇO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Demonstrações Contábeis de Gestão

Exercício de 2018

Demonstrativo das Variações Patrimoniais
Anexo 15 da Lei Federal 4.320/64

Prestação de Contas de Gestão
Resolução TCE-PE nº 052, de 06 de fevereiro de 2019

(Reservados os direitos autorais e intelectuais destas notas explicativas sendo vedado a reprodução sem autorização do CESPAM)



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis do fundo municipal de saúde contemplam a execução e a análise do Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimoniais Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil **E-Pública**, como nas respectivas Notas Explicativas.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV e XXV da Resolução TCE-PE nº 52, de 06 de fevereiro de 2019, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo II como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XXV), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.



O Demonstrativo das Variações Patrimoniais do exercício de 2018, apresenta R\$ 1.135.835,43 relativo as variações patrimoniais aumentativas, dentre elas, as receitas públicas efetivas, enquanto as variações patrimoniais diminutivas totalizaram R\$ 1.266.137,60, dentre elas as despesas públicas efetivas. Desta forma, o resultado econômico do exercício foi de R\$ -130.302,17, deficitário.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas.

JOSÉ REGINALDO MORAIS DOS SANTOS
Prefeito

JAKELINE BORBA BARROS DE LIMA
Secretária de Assistência Social



b.2. Bases de mensuração utilizadas:

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraordinária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP.



**Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE REGINALDO MORAIS DOS SANTOS, WILMAR PIRES BEZERRA
Acesse em: <https://tce.te.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 8f064a92-3611-4918-9516-9216b5626844

VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		Exercício Atual	Exercício Anterior
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.135.835,43	1.357.680,19
4.4	VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	5.421,18	6.897,07
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	5.421,18	6.897,07
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.124.814,59	1.350.659,62
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	684.266,15	797.103,04
4.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	440.548,44	553.556,58
4.6	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	5.599,66	0,00
4.6.4	DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	5.599,66	0,00
4.9	OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	123,50
4.9.9	DIVERSAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	123,50

Nota 1) VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS:

As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2018 totalizaram R\$ 1.135.835,43. Redução de R\$ 221.844,76 quando comparado com o exercício de 2017 que foi de R\$ 1.357.680,19.

VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		Exercício Atual	Exercício Anterior
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.266.137,60	1.166.089,43
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	494.852,38	606.478,60
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	415.514,39	481.325,06
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	79.337,99	125.153,54
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	708.673,18	534.355,07
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	162.726,82	102.143,23
3.3.2	SERVIÇOS	545.946,36	432.211,84
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	1.680,00
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00	800,00
3.5.7	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	880,00
3.7	TRIBUTÁRIAS	62.612,04	0,00
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	62.612,04	0,00
3.9	OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	23.575,76
3.9.4	INCENTIVOS	0,00	2.675,70
3.9.9	DIVERSAS VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	20.900,06
RESULTADO PATRIMONIAL NO PERÍODO		-130.302,17	191.590,76

Nota 2) VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS:

As variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2018 totalizaram R\$ 1.266.137,60. Aumento de R\$ 100.048,17 quando comparado com o exercício de 2017 que foi de R\$ 1.166.089,43.

Nota 3) RESULTADO PATRIMONIAL NO PERÍODO:

O resultado patrimonial do exercício de 2018 foi de R\$ -130.302,17. Enquanto que o do exercício de 2017 foi de R\$ 191.590,76.

VARIações PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes de execução orçamentária)	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporações de ativos	60.262,00	7.896,00
Desincorporações de passivos	0,00	0,00
Incorporações de passivos	0,00	0,00
Desincorporações de ativos	0,00	0,00

Nota 4) INCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

Houve incorporação de ativos imobilizados na ordem de R\$ 60.262,00.

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		
Descrição	2018	2017
Aquisição de estoques.	0,00	0,00
Aquisição de bens móveis.	60.262,00	7.896,00
Construção e aquisição de bens imóveis.	0,00	0,00



Aquisição de títulos e valores.	0,00	0,00
Concessão de empréstimos.	0,00	0,00
Outras incorporações de ativos.	0,00	0,00

Nota 5) DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

Foram pagos de dívida consolidada o montante de R\$ 0,00 resultante da execução orçamentária que gerou desincorporação de passivos.

DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
Descrição	2018	2017
Amortização da dívida pública.	0,00	0,00
Amortização de precatórios.	0,00	0,00
Outras desincorporações de passivos.	0,00	0,00

Nota 6) INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

Houve incorporação de passivos na ordem de R\$ 0,00, detalhados a seguir.

INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
Descrição	2018	2017
Tomada de empréstimos	0,00	0,00
Outras incorporações de passivos	0,00	0,00

Nota 7) DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

As baixas da dívida ativa tributária geraram desincorporação de ativos na ordem de R\$ 0,00. A seguir será detalhado as demais desincorporações de ativo.

DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		
Descrição	2018	2017
Cobrança da dívida ativa.	0,00	0,00
Alienação de estoques.	0,00	0,00
Alienação de bens móveis.	0,00	0,00
Alienação de bens imóveis.	0,00	0,00
Alienação de títulos e valores.	0,00	0,00
Recebimento de empréstimos.	0,00	0,00
Outras desincorporações de ativos.	0,00	0,00

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2.Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros do exercício:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registros do exercício.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00



	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Cíveis e Militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

JAKELINE BORBA DE BARROS LIMA
Secretária

WILMAR PIRES BEZERRA
Contador
CRC-PE Nº 015662/O-2